

## **Contexto Internacional**

Os indicadores mais recentes apontam para a redução do ritmo de contracção da actividade económica mundial embora permaneçam ainda grandes incertezas relativamente à saída imediata da crise e uma firme recuperação económica. O índice de gestores de compra do Banco Central Europeu (PMI) atingiu no semestre o seu valor mais alto desde Agosto de 2008, o que demonstra um abrandamento das taxas de contracção, contudo apresenta um valor muito abaixo dos níveis de expansão, dando indícios de que as empresas ainda estejam a retrair os seus níveis de actividade. É de se notar, contudo, que as do sector da manufactura já apresentam níveis de produção bastante satisfatórios.

A inflação global por sua vez tem-se reduzido de forma rápida. A conjugação do enfraquecimento da economia global com os efeitos negativos da alta de preços das *commodities* nos anos anteriores vem provocando fortes pressões inflacionistas descendentes nos últimos meses. A inflação mundial atingiu no mês de Maio cerca de 1,7%, em bases anuais, valor este abaixo em cerca de 6% relativamente

ao período anterior. Nas economias avançadas, encontra-se em patamares negativos, tendo em conta os baixos níveis dos preços dos combustíveis. Nos países da OCDE a inflação atingiu pela primeira vez em Junho cerca de -0,1%, que se compara ao 0,1% registado no mês anterior. Excluindo os alimentares e os energéticos, a inflação nesta região se situou nos 1,7% no mesmo período. Igualmente nos países emergentes tem-se evidenciado alguma moderação no nível de preços tendo a inflação caído para os 4,5% em Maio corrente.

Relativamente ao preço do petróleo, em inícios do segundo trimestre, situava-se nos 50 USD o barril, contudo começou a recuperar-se e a 1 de Julho o *brent* era transaccionado a 70 USD o barril, o que representa um acréscimo de 77% em comparação com os preços do começo do ano de 2009. As expectativas do mercado são de alta de preços, estando os contratos para Dezembro de 2011 a serem negociados a 79 USD o barril.

A actividade económica nos E.U.A começa a apresentar um ritmo de contracção mais moderado. As

últimas estimativas avançadas pelo BCE apontam para que o PIB tenha crescido cerca de 1% no segundo trimestre, em bases anuais, o que corresponde a um decréscimo substancial de cerca de 6,4% comparativamente ao trimestre anterior. As exportações e o investimento fixo privado continuam a ser o grande entrave para o crescimento da economia nesse período. De notar igualmente o peso da redução do consumo, todavia já se começa a perceber uma menor deterioração da taxa de confiança dos consumidores. Por outro lado, é de realçar que o declínio no produto real tem sido relativamente contido graças a expansão das despesas governamentais e ao arrefecimento das importações.

Quanto a evolução dos preços, o US CPI tem estado em terreno negativo, tendo caído dos -1,3% em Maio para -1,4% em Junho. Esta trajectória tem sido influenciada essencialmente pela queda nos produtos energéticos. A *core inflation* por sua vez caiu para 1,7% em Junho que se compara aos 1,8% de Maio.

Relativamente a política Monetária, o Comité do Mercado Aberto da Reserva Federal decidiu manter

inalterada a meta para a taxa de juros no intervalo de [0%;0,25%]. Tendo em conta as expectativas para a inflação, a Reserva Federal continuará a recorrer às medidas não convencionais por forma a dar suporte ao mercado financeiro e estimular a economia. Assim, prevê – se que o PIB venha a atingir em 2009 cerca de -1% de crescimento real, acima dos -1,5% da projecção anterior do mês de Abril, estando as expectativas de uma recuperação previstas para 2010.

Na zona euro a economia tem seguido ao longo de 2009 uma trajectória de continua contracção tanto ao nível da procura doméstica quanto da procura global. As estimativas mais recentes indicam que o PIB contraiu cerca de 2,5% no primeiro trimestre e espera-se a mesma tendência para o segundo trimestre embora a um ritmo mais moderado, que deverá prolongar-se até o final de 2009. Igualmente as projecções para uma recuperação e estabilização gradual do crescimento situam-se no ano de 2010. Ainda no primeiro trimestre, a deterioração da procura estava a ser provocada por todas as suas componentes, tendo a procura

externa reduzido significativamente em consequência do colapso no comércio mundial. Os indicadores mais recentes sobre as despesas com o consumo revelam contudo, taxas de crescimento menos negativas já no segundo trimestre, tendo na sua base factores como a recente dinâmica no comércio a retalho; os subsídios do governo para a compra de carros novos e por último a recuperação do índice de confiança dos consumidores – ainda que a baixos níveis – que desde meados de 2007 vinha seguindo uma tendência negativa. De acrescentar ainda que a produção industrial começa a recuperar-se, tendo crescido cerca de 0,6% em Maio, após oito meses consecutivos de queda.

A inflação medida pelo HIPC caiu de 0% em Maio para -0,1% em Junho, traduzindo assim um declínio generalizado dos componentes desta cesta. De notar a redução dos preços da electricidade para consumo e do gás, o que reflecte a queda dos preços dos combustíveis nos períodos anteriores.

O Banco Central Europeu decidiu na reunião do Conselho ocorrida à 2 de Julho manter inalterada a principal

taxa de juro do Eurosistema, em 1%. Após uma política de sucessivos cortes nas taxas de juros iniciada em Outubro de 2008, o consenso é de que esta taxa se mostra apropriada ao actual cenário.

A cotação euro/dólar manteve-se praticamente inalterada no mês de Junho, após um período de apreciação da moeda europeia ocorrido em Maio. Assim, a 1 de Julho o euro era transaccionado a 1,41 USD, cerca de 5,9% acima no valor registado em Março, contudo 4,2% a menos que a média observado em 2008.

Para a Ásia Emergente, informações recentes sugerem que a maioria dos países da região tenham iniciado a recuperação económica agora no segundo trimestre de 2009. Depois de períodos caracterizados por drásticas reduções no comércio internacional, as estimativas são de crescimentos positivos desta variável em diversos países. Nota-se também um bom comportamento da procura interna, impulsionado pelas políticas macroeconómicas expansionistas adoptadas. Contudo, os efeitos da crise ainda se fazem

sentir principalmente no que diz respeito ao aumento do desemprego, com consequências directas no consumo privado. A inflação continua a decrescer, com valores negativos em alguns países. Na China o PIB real cresceu cerca de 7,9% no segundo trimestre contra os 6,1% registados no primeiro. Se por um lado a demanda externa continua enfraquecida, o mesmo já não acontece com os investimentos em activos fixos que só nos últimos seis meses cresceram 34%. A inflação situou-se em -1,7% em Junho, que se compara aos -1,4% de Maio.

A América Latina tem apresentado alguns indícios de recuperação da sua actividade económica enquanto que as pressões inflacionistas vêm gradualmente reduzindo-se. No Brasil a produção industrial caiu cerca de 11% em Junho, em bases anuais. A inflação por sua vez diminuiu no mesmo período para 4,9% relativamente a Maio, quando atingiu os 5,4%. O Banco Central do Brasil decidiu em Junho, fixar a principal taxa de juro nos 9,25% após um corte de 100 pontos base. Já na Argentina a queda na produção industrial foi de 1,7% em Maio e no México em Junho de 10,6%. A inflação nos dois países

caiu para 5,3% e 8,8% respectivamente.

O crescimento económico para o continente africano previsto para 2009 deverá situar-se nos 2,8%, portanto, menos da metade do estimado para 2008, que é de 5,7%, de acordo com a OCDE. Os países exportadores de petróleo deverão igualmente abrandar o seu crescimento para 2,8% comparativamente aos 3,3% previstos para os países importadores, na decorrência das actuais condições do comércio internacional. Muitos outros países continuam a enfrentar sérios problemas humanitários que terão seus impactos no progresso económico. Igualmente a estabilidade económica recentemente alcançada por alguns países africanos poderá estar comprometida pela actual conjuntura de recessão global. A redução nos investimentos e na produção de combustível e de minerais apresenta-se também como um dos grandes entraves a recuperação económica do continente em 2009 e 2010. A inflação por sua vez tem crescido

tanto nos países importadores como nos exportadores de combustíveis.

## Indicadores Mundiais

(Taxas de Crescimento)

	Estimativas	Projeções	
	2008	2009	2010
<b>PIB REAL</b>			
<b>Economia Mundial</b>	3,1	-1,4	2,5
<b>Economias Avançadas</b>	0,8	-3,8	0,6
EUA	1,1	-2,6	0,8
Zona Euro	0,8	-4,8	-0,3
Japão	-0,7	-6	1,7
Outras Economias Avançadas	1,6	-3,9	1
<b>Economias Emerg. Econ. Em Desen.</b>	6	1,5	4,7
China	9	7,5	8,5
Índia	7,3	5,4	6,5
Brasil	5,1	-1,3	2,5
África	5,2	1,8	4,1
Sub-Sahariana	5,5	1,5	4,1
<b>INFLAÇÃO</b>			
<b>Economias Avançadas</b>	3,4	0,1	0,9
<b>Mercados Emerg. Econ. Em Desen.</b>	9,3	5,3	4,6

Fonte: Actualizações das Perspectivas Económicas Mundiais/Julho 2009 – FMI

## Economia Nacional – Evolução Recente

As projecções revistas para o PIB real em 2009 apontam para uma taxa de crescimento que deverá rondar os 5%. A justificar tal reajuste está o impacto negativo da crise económica mundial que se faz sentir principalmente nos sectores ligados ao turismo e à imobiliária. Contudo, o reforço orçamental feito pelo Governo, através da expansão do programa de investimento público, tem como objectivo impulsionar o crescimento da actividade económica, no actual contexto.

Espera-se assim garantir até o final do ano a dinâmica da procura interna que deverá ser reflectida por um lado, na manutenção da boa taxa de execução dos investimentos públicos, em linha com os resultados apresentados em 2008, e por outro, pela expansão do crédito à economia.

Em termos trimestrais, de acordo com as informações disponibilizadas pelo INE, começa-se a perceber uma retoma do crescimento económico no segundo trimestre do ano, com o indicador de clima a apresentar uma inversão da tendência descendente que vinha seguindo desde de 2008, ficando o seu valor acima da média da série. Por sectores de actividade, deve-se contudo, notar uma evolução menos favorável do Turismo e da Construção, tendo o indicador de confiança para esta última apresentado o seu valor mais baixo dos últimos 14 trimestres consecutivos. Para o sector do turismo o indicador registou um valor negativo a um patamar não observado desde 2004, o que confirma a conjuntura desfavorável do sector. Os principais obstáculos apresentados para este cenário

relacionam-se com a insuficiência da procura e as dificuldades financeiras – influenciadas pela recessão económica mundial – o que se traduz na redução das encomendas e das perspectivas de venda. O indicador evoluiu, todavia, favoravelmente no trimestre para o Comércio em Feira e para a Indústria Transformadora, tendo-se registado um aumento na produção industrial actual.

Relativamente a inflação, o IPC mensal registou em Junho uma variação de -0,3%, cerca de 0,5 p.p. abaixo do valor registado em Maio, e de menos 1,8 p.p. que o do período homólogo, seguindo assim a tendência da redução das pressões inflacionistas a nível mundial. De notar que para a variação homóloga as principais contribuições vieram da variação negativa do preço das rendas e habitações, água, electricidade, gás e outros combustíveis, vestuários e transportes. Em termos anuais, o IPC nacional registou em Junho, igualmente uma redução, 0,6 p.p., face ao mês anterior, situando-se nos 5,8%.

## **Sector Monetário <sup>1</sup>**

Os dados mais recentes relativos ao sector monetário indicam uma redução na acumulação de reservas internacionais a volta dos 9,5% relativamente ao trimestre anterior e de 4,2% face ao período homólogo, tendo atingido em Junho o montante de 269 milhões de euro. Esta evolução poderá ser justificada por determinadas operações de venda de euros efectuadas aos bancos.

No que diz respeito ao crédito interno, observou-se uma variação homóloga positiva de cerca de 15,5%, que tem na sua base a expressiva expansão do crédito à economia, 19,8%, no mesmo período. Para esta última variável contribuiu essencialmente o crescimento do crédito ao sector privado, que alcançou os 20%.

O crédito líquido ao sector público administrativo apresentou um ligeiro aumento, 1,5%, em termos homólogos. Contudo, a componente crédito ao governo central mantém a sua tendência de redução tendo observado uma variação de -5,7%. Os depósitos igualmente registaram

---

<sup>1</sup> Com base nos dados do Banco de Cabo Verde

uma diminuição de 9,8% no período homólogo.

Relativamente à massa monetária, fixou-se em Junho nos 101 965.2 milhões de ECV, o que representa um ligeiro crescimento de 1,6% face ao período homólogo. Da sua composição destaque para a manutenção da trajectória descendente do M1, tendo registado em termos homólogos uma queda de 4,6%, explicada pelas reduções observadas tanto na circulação monetária, 1,2% – justificada pelo maior acesso à outros meios de pagamentos – quanto nos depósitos à ordem, 5,3% – preteridos pelos depósitos à prazo.

Em relação as medidas de política monetária as intervenções do BCV foram essencialmente direccionadas para a gestão de liquidez no sistema, e que se traduziram no recurso às operações de mercado aberto e às facilidades Permanentes de Absorção, totalizando em Junho cerca de 5 815 milhões de ECV para a emissão de TRM e 620 milhões de ECV para os TIM, enquanto que as facilidades ficaram-se pelos 6 523.9 milhões de ECV.

## **Sector Externo<sup>2</sup>**

As contas provisórias da balança de pagamentos apresentaram um agravamento do défice da conta corrente tendo em consideração a evolução desfavorável da balança de bens, -10%, que poderá ser justificada pela significativa redução das exportações em cerca de 38,4% contra o aumento das importações em torno de 1,8%. As exportações de serviços igualmente registaram um redução do saldo, com as viagens de turismo a serem a principal impulsionadora desta trajectória ao apresentarem um decréscimo acima dos 40% comparativamente ao trimestre homólogo, reflectindo assim a redução significativa que se observa nos fluxos de turistas que visitam Cabo Verde, dado a conjuntura globalmente desfavorável.

As transferências correntes, por sua vez, evoluíram positivamente em termos homólogos, em razão do bom desempenho das transferências oficiais que cresceram de forma bastante expressiva, cerca de 106,9%, tendo em conta o aumento nesse período dos desembolsos da ajuda

---

<sup>2</sup> Com base nos dados do Banco de Cabo Verde

orçamental e dos fundos do MCA. As remessas dos emigrantes também se mantiveram em terreno positivo, crescendo cerca de 3,2% face ao trimestre homólogo.

Quanto a balança financeira, contrariando o trimestre anterior, registou um aumento do saldo em torno de 65% não obstante a redução do Investimento Directo Estrangeiro em cerca de 38%, tendência esta que se vem mantendo nos trimestre recentes, em linha com a evolução do sector da imobiliária (sendo este o sector de mais peso para tais investimentos em Cabo verde) a nível internacional.

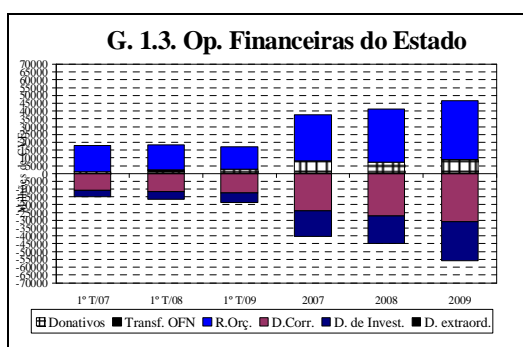
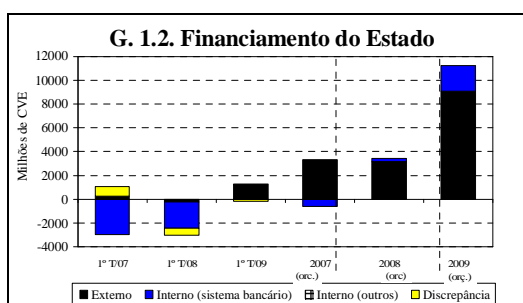
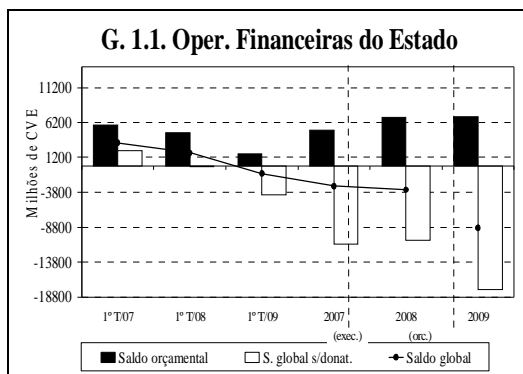
### **Finanças Públicas**

Os dados provisórios da execução orçamental referente ao primeiro semestre de 2009 apontam para um saldo global (base caixa) negativo de 1.130 milhões de CVE, manifestando um decréscimo substancial comparativamente ao período homólogo, que foi positivo de 1.850 milhões de CVE.

O comportamento das contas públicas, no período em análise, mostra impactos significativos do abrandamento do produto provocado pela crise internacional. O sinal mais

evidente verifica-se a nível das receitas que diminuíram na ordem de 7,0% em termos homólogos, tendo as receitas fiscais justificado, no essencial, esta contracção. Simultaneamente as despesas registaram um crescimento de 10,1%, impulsionado principalmente pela expansão do programa de investimento público (15,6%) e pelo crescimento menos acentuado das despesas de funcionamento (7,8%). Com base nos resultados alcançados em Março, cujo a tendência persiste ainda em Junho, o governo efectuou uma reprogramação do OE para 2009, na qual se prevê uma significativa deterioração do défice público, por forma a atenuar o impacto da conjuntura globalmente adversa sobre a económica cabo-verdiana. Nesta sequência, o governo reforçou o programa de investimentos públicos (a ser financiado na sua maioria externamente) e tomou medidas de contenção das despesas que têm um factor multiplicador reduzido na economia.

reflectindo uma variação negativa de 7,0%. Este comportamento é explicado principalmente pela contracção das receitas fiscais e pela não arrecadação das receitas com venda de terrenos no período em análise.



As despesas públicas atingiram 12,8% do PIB (12,4 % do PIB no período homólogo), reflectindo um acréscimo ainda que moderado das despesas correntes (7,8%), em função sobretudo dos aumentos da aquisição de bens e serviços (87,1%), subsídios (35,7%), despesa com pessoal (20,8%) transferências correntes (15,6%) e. As despesas de investimento, por seu turno, cresceram significativamente (15,6%, em termos homólogos), correspondendo, principalmente, a gastos com projectos de infra-estruturação económica do país de modo a incentivar a economia real, representando uma taxa de execução de cerca de 27,9% do inicialmente orçamentado.

A receita total (incluído a ajuda alimentar e donativos) atingiu 12% do PIB, ou seja, uma redução de 1,8 p.p. do PIB face ao ano anterior,

O saldo corrente apresenta um superavit de 1.701 milhões de CVE, espelhando um decréscimo face ao período homólogo, em torno dos

57,9% e confirmando a evolução menos confortável das receitas correntes relativamente às despesas correntes, promovendo assim, a canalização de menor fatia de recursos para os investimentos públicos.

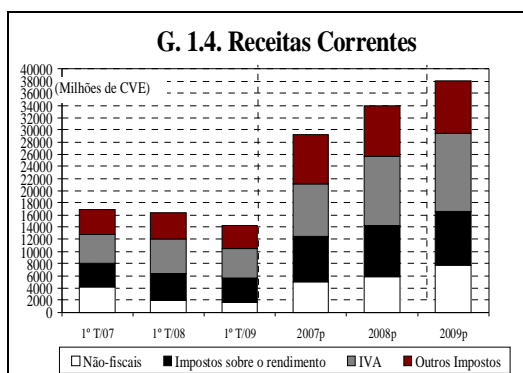
Excluindo os encargos com os juros da dívida, o saldo das contas públicas (saldo primário) situa-se em menos 0,2% do PIB tendo deteriorado em menos 2,2 p.p. quando comparado ao período homólogo.

### **Análise da receita**

A receita orçamental no primeiro semestre de 2009 (excluindo donativos e outras fontes nacionais) ascendeu a 14.226 milhões de CVE, correspondendo a um grau de execução de 37,4%, valor esse que representa um decréscimo de 13% face ao período homólogo. Este comportamento é explicado principalmente pelo resultado alcançado nas receitas fiscais e receitas de capital, que apresentaram uma taxa de execução abaixo do padrão de referência no período. Por sua vez, as receitas não fiscais, registaram um acréscimo de 30,9% em relação ao período homólogo, a

que corresponde a uma taxa de execução de 27,8%.

A queda registada nas receitas fiscais de 12,7% encontra-se condicionada pela evolução dos impostos directos e indirectos que registaram uma diminuição de 8,2% e 14,2%, respectivamente, face ao período homólogo. Do lado dos impostos directos, a incidência especial está directamente relacionada com o desempenho do IUR – Pessoas Singulares e IUR – Pessoas Colectivas que diminuíram em cerca de 12% e 3,6% respectivamente, resultado em parte da medida tomada em 2009, de redução da carga fiscal, em sede de IUR – PS e de IUR-PC, pelo aproveitamento da situação por parte de alguns operadores económicos que a pretexto da crise deixaram de cumprir voluntariamente com as suas obrigações fiscais, e por outro, alguma dificuldade por parte da Administração Fiscal em fazê-los cumprir com as suas obrigações.



Para a evolução negativa da receita dos impostos indirectos (-14,2%) contribuiu, com relevância significativa, a receita do imposto sobre o valor acrescentado e imposto de selo, que registaram, relativamente ao primeiro semestre de 2009, uma redução de 15,5%, e 32,9% respectivamente.

Quanto ao imposto sobre o valor acrescentado não deduzido dos reembolsos, do total da arrecadação conseguida no semestre, 63,1% do mesmo é da responsabilidade da DGA e 36,9% da DGCI. Relativamente a arrecadação efectuada pela DGCI, registou-se uma diminuição de 29,3% e pela DGA uma diminuição de 4,5% comparativamente ao período homólogo. Esta evolução é, fundamentalmente explicada pelo impacto do abrandamento económico já sentido na nossa economia provocado pela crise internacional e

também pelo aumento das isenções em sede do IVA concedidas, apesar do aumento das importações ocorrido no período em análise.

Em relação ao imposto de selo, registou uma queda brusca de 32,9%, quando comparado com o período homólogo, derivada da reforma levada a cabo com a publicação do novo código de Selo aprovado em Dezembro de 2008, onde a incidência do mesmo deixou de ser sobre as vendas e prestações de serviços e passou a incidir sobre as operações financeiras, operações societárias, transmissões patrimoniais e actos jurídicos documentados.

Em relação aos restantes impostos indirectos, destacam-se também a evolução negativa dos Impostos sobre Transacções Internacionais e Imposto Sobre Bens e Serviços, onde registaram um decréscimo de 8,7% e 7,2% respectivamente quando comparado ao período homólogo, resultado em parte da diminuição da importação de produtos que pagam maiores direitos, nomeadamente produtos alimentares transformados, material de transporte, outros bens de consumo duradouros, produtos

transformados para carpintaria, produtos eléctricos, peças e acessórios para material de transporte e maiores isenções concedidas em sede de direitos de importação e imposto de consumo especial no período em análise.

Por sua vez, a receita não fiscal registou um acréscimo de 30,9% em termos homólogos, impulsionado principalmente pelas rubricas “Taxas e Preços Públicos” e “Vendas de Bens e Serviços Correntes”, essencialmente justificado pela incorporação no orçamento 2009, de algumas estruturas que se encontravam fora do orçamento do Estado, nomeadamente Cofre Geral da Justiça. As restantes rubricas das receitas fiscais apresentaram a variação negativa quando comparado ao período homólogo, com maior incidência pelas rubricas “Outras receitas correntes”, “Rendimentos de Propriedade/Financeiro e “Cotizações para previdência social”

No que diz respeito à receita de capital, no primeiro semestre de 2009, não se realizou nenhuma receita com vendas de terrenos, decorrente da manutenção das contracções no sector imobiliário

externo que influenciam directamente o referido sector ao nível nacional.

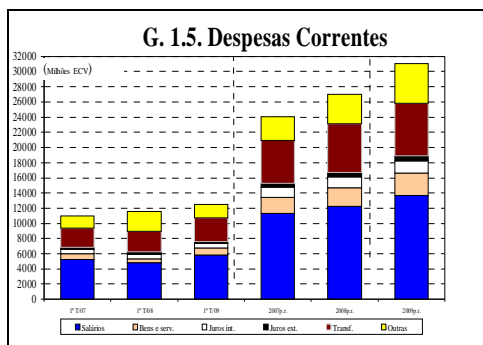
## **Análise da despesa**

### **Despesas de Funcionamento**

A despesa de funcionamento da Administração Central do Estado atingiu 12.504 milhões de CVE, representando um acréscimo em termos homólogos de 7,8% e um grau de execução de 40,3%, inferior ao padrão de segurança para o período em análise, devido principalmente pela medida de política tomada pelo Governo de redução e suspensão de algumas despesas de funcionamento (nomeadamente despesa com pessoal, Fornecimentos de serviços externos, indemnização e despesa de capital).

Este aumento da despesa de funcionamento decorreu sobretudo do acréscimo verificado na aquisição de bens e serviços (87,1%), nos subsídios (35,7%), nas despesas com o pessoal (20,8%) e nas transferências correntes 15,6%. Por outro lado, as rubricas outras despesas correntes e juros da dívida pública registaram uma

variação negativa comparativamente ao período homólogo de 22,8% e 2,3% respectivamente.



O comportamento da despesa com aquisição de bens e serviços correntes é justificado, na parte mais expressiva, pela inclusão neste semestre, das informações relativas às despesas com aquisição de produtos alimentares para doentes e pelo aumento generalizado das rubricas referentes às despesas com fornecimentos e serviços externos, que no mesmo semestre do ano anterior, não tinham sido incorporados nas respectivas rubricas, mas sim nas despesas por regularizar.

O aumento ocorrido na rubrica subsídios correntes de 35,7%, em termos homólogos, é justificado pelo pagamento das facturas de prestação de serviço público de transporte

marítimo das linhas internas, referente a Novembro e Dezembro do ano de 2008 e pelo pagamento da primeira prestação do défice tarifário da Electra 2006, assumido pelo Tesouro em 2007.

A evolução das “Transferências Correntes”, de cerca de 15,6% face ao período homólogo, está condicionada na sua maioria pelo aumento ocorrido nas seguintes subrubricas:

- O aumento, em termos homólogos, da transferência a administração pública (+22,8%), é justificado essencialmente pelo aumento da transferência do Orçamento do Estado destinado ao do Fundo de Equilíbrio Financeiro Municipal e do acréscimo do orçamento para o funcionamento das embaixadas e serviços consulares, devido ao aumento de custo de vida nos respectivos países.
- No que tange a transferência às famílias, registou-se um acréscimo de 7,3%, para o qual concorreu,

essencialmente o aumento verificado na Pensão de Sobrevivência, Pensão do regime não Contributivo e Pensão de Aposentação, representando 20,7%, 14% e 10,7% respectivamente. O crescimento é explicado, essencialmente, pelos novos beneficiários da pensão de sobrevivência, pelo aumento de custo com a actualização da pensão ao abrigo de regime não contributivo ocorrido em meados de 2008 e pelo aumento salarial de 2,5% atribuído no ano em curso;

- No que se refere às transferências privadas o aumento verificado de 2,4%, é justificado essencialmente pela actualização do subsídio atribuído aos partidos políticos no ano em curso, aprovada na lei do orçamento em vigor;

O acréscimo verificado na despesa com pessoal de 20,8%, resulta principalmente da conjugação dos seguintes factores:

1) Reflexo da desconcentração e de maior rigor imposto pelos serviços das finanças aos órgãos de soberania e alguns institutos com autonomia

administrativa e financeira em regularizar no sistema as despesas com o pessoal dos quadros que no semestre homólogo encontravam-se como despesa por regularizar; 2) Inclusão de alguns aposentados no INPS, cuja entrada estava condicionada à entrega de alguns documentos e pelo pagamento de contribuição do Estado referente a Novembro e Dezembro do ano anterior; e 3) pelo aumento salarial de 2,5% atribuído em 2009.

Relativamente aos “Encargos da Dívida” verificou-se um decréscimo em termos homólogos de 2,3% devido essencialmente ao pagamento dos juros da dívida interna em menos 10,4% e da dívida externa em mais 7,2%. A diminuição dos juros da dívida interna, está directamente relacionado com a diminuição dos bilhetes do Tesouro em circulação e a diminuição nos juros devidos ao BCA referente às obrigações com vencimento em 2010, objecto de pagamento antecipado.

1. Nas “ Outras Despesas Correntes” o decréscimo de 22,8% comparativamente ao período homólogo, decorre, fundamentalmente, da

diminuição do pagamento da rubrica restituição do IVA devido a estabilização conseguida no período em análise, quando comparado com o ano anterior, cujo o montante pago no referido período encontrava-se acumulado com atrasados referente ao ano 2007.

Relativamente às despesas de capital, o aumento ocorrido no período em análise, é justificada essencialmente pela aquisição de equipamentos administrativos e maquinaria e equipamentos básicos adquiridos por alguns institutos e fundos autónomos e pela rubrica edifícios.

É de referir que a execução dos sub – agrupamentos económicos da despesa de funcionamento poderá alterar com a afectação de valores que se encontram por regularizar.

### **Despesas de Investimentos**

A estrutura do Programa de Investimento 2009 está em conformidade com a estrutura da Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza que foi

concebida segundo uma abordagem que se baseia em resultados que devem conduzir aos impactos em termos de melhoria da qualidade das condições de vida das populações pobres.

De acordo com os dados preliminares do primeiro semestre de 2009, as despesas de investimentos, cresceram 15,6% em termos homólogos atingindo 5.850 milhões de CVE, cerca de 27,9% do orçado e 23,7% do orçamento revisto. A taxa de realização do investimento público no primeiro semestre é relativamente baixa quando comparado com o orçamento corrigido, devido a falta de informações dos parceiros, cujo os projectos são financiados através de donativos directos.

O programa de investimento público no período em análise foi financiado na sua maioria com recursos externos, cerca de 73,5% – “Donativos” 40,7%, “Empréstimos Externos” 27,8% e “Fundos de contrapartida da Ajuda Alimentar” 5% e 30,5% com recursos internos.

Analisando as despesas de investimentos numa perspectiva funcional, constata-se que o investimento nas “Funções

Económicas” é o mais representativo, ascendendo a 3.650 milhões de CVE, ou seja 62,4% do investimento total, seguindo-se as “ Funções Sociais e Gerais que absorveram respectivamente 22,9% e 12,3%.

Da execução efectuada dentro da “Função Económica” é de realçar que 71,2% do mesmo foram atribuídas à subfunção “Transportes e Comunicações” (sendo 1.919,1 milhões de CVE à construção de estradas, 456,6 milhões de CVE a primeira fase do Porto da Praia e cerca de 180,9 milhões de CVE canalizado para o funcionamento do sistema de transporte Marítimo) e 9% para a subfunção “Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça”.

De referir que, as “Funções Sociais” ascenderam a 1.342,1 milhões de CVE, ou seja 22,9% do investimento total no semestre, apresentando uma redução de 14,8% relativamente ao período homólogo. A redução do peso relativo a “ Função Social” é explicada, essencialmente, pela baixa realização no semestre em análise, das subfunções “Saúde e Educação, justificada essencialmente pelo atraso no arranque das obras, com a problemática dos terrenos, elaboração dos projectos e

lançamento dos concursos, o que comprometeu substancialmente o progresso da execução geral desta Função do Governo.

No que diz respeito às “Funções Gerais”, o mesmo ascende a 719,5 milhões de CVE, dos quais 505,3 milhões de CVE provenientes das subfunções “Serviços Públicos Gerais”, registando um decréscimo de 20,7% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

O decréscimo verificado nas “Funções Gerais” é justificado essencialmente pela subfunção “Serviços Públicos Gerais”. No que se refere a subfunção “Serviços Públicos Gerais” maiores realizações no período em análise, estão directamente relacionados com os projectos “Construção do Edifício Administrativo do Estado”, “ Planificação e Consolidação do NOSI” “ Unidade de Gestão do MCA e a “ Reforma e Gestão do Património do Estado. No que tange à subfunção “Segurança e Ordem Pública” as maiores execuções foram canalizadas para os projectos “ Combate ao tráfico ilícito e a criminalidade organizada, Construção do Palácio de Justiça de

Sta. Cruz e Ampliação Cadeia S. Martinho”.

## Financiamento

No primeiro semestre de 2009, o saldo global apresentou um resultado negativo de 1.130 milhões de CVE. Sendo assim, o financiamento do Orçamento do Estado no semestre em análise ficou a cargo da componente externa, tendo os desembolsos entrados sido canalizados essencialmente para o financiamento de projectos estruturantes para o desenvolvimento económico do país. Entretanto, durante o período de Janeiro a Junho, o Tesouro sentiu a necessidade de emitir alguns títulos para financiamento do orçamento, devido a queda verificada nas receitas fiscais no período. Constatou-se também que durante o primeiro semestre o Governo reduziu para 5,7% o crédito líquido obtido junto do sistema bancário em termos homólogo, libertando assim, menos recurso para o crédito a economia quando comparado ao trimestre homólogo.

## Dívida Pública

Em Junho 2009, o stock da dívida pública, excluindo TCMF, totalizou 78.263,7 milhões de CVE contra 74.940,5 milhões de CVE do período homólogo, o que representa uma variação positiva de 4,4%. A dívida pública em percentagem do PIB diminuiu 1,3 p.p. face ao mesmo período do ano anterior, situando-se em 54,6% do PIB, reflectindo principalmente o efeito do crescimento do PIB nominal.

Quanto ao rácio dívida interna bruta/ PIB, prosseguiu com a trajectória decrescente ancorada no instrumento de Apoio à Política Económica e Financeira (Policy Support Instrument – PSI) acordado com o FMI em Julho de 2006.

(em milhões de CVE)

PRINCIPAIS INDICADORES DA DÍVIDA PÚBLICA	Junho		Txa.cres.
	2008	2009	%
<b>Estoque Global</b>	<b>74.940,5</b>	<b>78.263,7</b>	<b>4,4%</b>
Dívida Interna	25.761,2	25.057,3	-2,7%
Dívida Externa	49.179,3	53.206,4	8,2%
<b>Varição em valores absolutos</b>		<b>3.323,2</b>	
Dívida Interna		-703,9	
Dívida Externa		4.027,1	
<b>Estoque Global em % do PIB</b>	<b>56,0%</b>	<b>54,6%</b>	
<b>Varição Pontos percentuais</b>		<b>-1,3%</b>	

Fonte: DGT-MF

O stock da dívida interna, em finais de Junho de 2009, situou-se em torno de 25.057,3 milhões de CVE, o que representa uma variação

negativa de 2,7%, ou seja, cerca de 703,9 milhões de CVE face ao período homólogo, justificada em parte pela diminuição de cerca de 2,175 milhões CVE de bilhetes do tesouro em circulação, o pagamento da prestação 2009 do Protocolo assinado com a Shell e a prestação 2009 do Défice tarifário assumido em 2006.

Desagregando a dívida interna em termos de maturidade, constata-se que a maior parte da dívida está concentrada em obrigações de médio e longo prazo, com o limite médio de reembolso de cerca de 6,3 anos. A estrutura da dívida interna em Junho 2009 era composta em 87,3% por Obrigações do Tesouro, 4,9% por Bilhetes do Tesouro, outros créditos 4,2% e 3,6% por Protocolos.

Por sectores institucionais, o sistema bancário continua a deter a maior parcela da dívida interna do país, não obstante notar-se o peso crescente de outros sectores institucionais, nomeadamente o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), no mercado da dívida pública. Assim, no final de Junho, verifica-se, uma diminuição dos BT's em 58,1% e um aumento das OT's (10,5%),

apresentando um acréscimo do saldo das instituições financeiras não monetárias em 6,8%, enquanto que o saldo das instituições financeiras monetárias na globalidade decresceu 5,9% (sendo BT 92,6% e OT 2,9%) em termos homólogos, o que sugere maior apetência por títulos de prazos mais alargados e de maior rendibilidade, nomeadamente títulos obrigacionistas privados.

No que respeita ao stock da dívida externa, em Junho 2009, este evidenciou uma evolução bastante positiva, essencialmente, devido a entrada de desembolsos assinados em 2006, 2007 e 2008, para financiar projectos em áreas estruturantes para o desenvolvimento do país, nomeadamente, infra-estruturas portuárias e rodoviária, agricultura, saúde, economia, redução da pobreza, água e saneamento. No final do período em apreço, o stock da dívida externa atingiu 53.206,4 milhões de CVE, um aumento de cerca de 4.027,1 milhões de CVE, representando uma taxa de crescimento de 8,2%, reflectido numa estrutura predominantemente multilateral.

## **QUADRO ESTATÍSTICO ANEXO AO RELATÓRIO**